

N. F. Nº - 298958.0015/23-8  
NOTIFICADO - FILA BRASIL LTDA.  
NOTIFICANTE - JOSMAN FERREIRA CASAES  
ORIGEM - DAT NORTE / IFEP NORTE  
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 07.10.2024

**5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACORDÃO JJF Nº 0225-05/24NF-VD**

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. NOTAS FISCAIS. FALTA DE REGISTRO NA ESCRITA FISCAL. MERCADORIAS OU SERVIÇOS. MULTA DE 1%. – A notificada trouxe aos autos prova com força capaz de elidir a acusação lhe imputada. Infração elidida. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

A Notificação Fiscal em epígrafe, **no Modelo Fiscalização de Estabelecimento**, lavrada em **22/12/2023** exige da Notificada multa no valor histórico de R\$ 11.410,56, mais acréscimo moratório no valor de R\$ 1.828,85, perfazendo um total de R\$ 13.239,41, em decorrência do cometimento de uma única infração cujo período apuratório se fez nos **meses de agosto a dezembro de 2021 e janeiro a dezembro de 2022**:

Infração 01 – 016.001.006: Deu entrada no estabelecimento de mercadoria ou serviço **tomado sem o devido registro na escrita fiscal**.

Enquadramento Legal: Artigos 217 e 247 do RICMS, aprovado pelo Decreto de nº 13.780/2012. Multa tipificada no art. 42, inciso IX da Lei nº 7.014/96.

Em seu arrazoado a Notificada consignou que o Notificante alegou que a Notificada deixou de escriturar diversas Notas Fiscais no período de agosto de 2021 a dezembro de 2022, emitindo a cobrança no valor de R\$ 13.239,41.

Contou que em relação à lista de Notas Fiscais não escrituradas, constantes na planilha objeto da Notificação, há documentos fiscais, cuja operação de fato não foi realizada e estas foram devidamente registradas no Portal Nacional da NF-e como “Operação Não Realizada”, sendo que por esse motivo, as mesmas não foram lançadas na escrita fiscal, acostando em anexo, um exemplo de consulta da NF-e no Portal Nacional de cada um dos meses. Portanto, onde poderão ser consultadas as demais Notas Fiscais, onde na planilha em anexo consta “NF- Recusada”.

Tratou que as demais Notas Fiscais, foram recebidas e registradas no exercício de 2023, como pode ser observado na “coluna L” (Observação) da planilha anexa, contendo a informação da data de lançamento nos registros fiscais do estabelecimento, que pode ser confirmado no SPED mensal.

Sendo assim e considerando que as Notas Fiscais objeto da Notificação foram ou lançadas, ou recusadas, solicitamos o devido cancelamento ou baixa do débito originado pela Notificação Fiscal.

O Notificante prestou Informação Fiscal às folhas 56 e 57 onde em seu arrazoado esclareceu que após consulta ao Portal da Nota Fiscal Eletrônica, e as EFDs da Notificada constatou que as Notas Fiscais constantes nas planilhas de débito ora em lide ou **foram recusadas, ou foram devidamente escrituradas no exercício seguinte** concluindo-se pela improcedência total da Notificação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

## VOTO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **no Modelo Fiscalização de Estabelecimento**, lavrada em **22/12/2023** exige da Notificada multa no valor histórico de R\$ 11.410,56, mais acréscimo moratório no valor de R\$ 1.828,85, perfazendo um total de R\$ 13.239,41, em decorrência do cometimento de uma única infração (016.001.006) de **dar entrada** no estabelecimento de mercadoria, bens ou serviço sem o devido registro na escrita fiscal cujo período apuratório se fez nos **meses de agosto a dezembro de 2021 e janeiro a dezembro de 2022**:

O enquadramento legal utilizado baseou-se nos artigos 217 e 247 do RICMS, aprovado pelo Decreto de nº 13.780/2012 e multa tipificada no art. 42, inciso IX da Lei nº 7.014/96.

Preliminarmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi verificada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade.

Em síntese do seu arrazoado a Notificada apresentou documentos fiscais (fls. 16 a 50), indicando que em uma parte das Notas Fiscais da Notificação a operação de fato não foi realizada e estas foram devidamente registradas no Portal Nacional da NF-e como “Operação Não Realizada”, sendo que por esse motivo, as mesmas não foram lançadas na escrita fiscal, e a outra parte foi recebida e registrada no exercício de 2023.

O Notificante em síntese de sua Informação Fiscal endossou a argumentação da Notificada e opinou pela Improcedência Total.

Entendo que no mérito a lide do presente processo **exige multa por descumprimento de obrigação acessória**, em decorrência de **entrada no estabelecimento de mercadorias tributáveis** sem o devido registro na escrita fiscal, com fulcro nos artigos 217 e 247 do RICMS/BA, e a multa imposta fora a que consta no artigo 42, inciso IX da Lei nº 7.014/96.

Nesse sentido, consultando a planilha aposta pela Notificada (fls. 23 a 42) averigui que as Notas Fiscais dadas como não registradas pelo Notificante no ano de 2021, foram todas recusadas pela Notificada conforme disposto em sua planilha e as Notas Fiscais referentes ao ano de 2022 ou foram recusadas pela Notificada ou foram lançadas na EFD do ano de 2023.

Assim, consultando no Portal da Nota Fiscal Eletrônica da Secretaria da Fazenda, por amostragem, as Notas Fiscais recusadas pela Notificada temos a situação relacionada ao evento como “Operação Não Realizada”, constando como as Notas Fiscais sendo emitidas indevidamente conforme amostra trazida da Nota Fiscal de nº 395 datada de **06/08/2021** e a Nota Fiscal de nº 858 datada de **13/12/2022** a seguir.

Nesta seara, também, constatei, por amostragem através de requisição ao Sistema da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia de Escrituração Fiscal Digital – EFDG, do ano de 2023, que a Notificada escriturou em sua EFD as mercadorias adquiridas no ano de 2022, trazendo como exemplo as Notas Fiscais de nºs **466739, 504 e 14.103**.

**Nota Fiscal de nº. 395**

Nesta Fiscal Eletrônica - NF-e Consulta Evento Operação Não Realizada - Google Chrome

não segue | https://nfe.sefaz.ba.gov.br/servicos/nfenc/Modulos/Abas/NFENC\_aba\_nfe\_popup\_evento.aspx?numProtocolo=891...

Operação não Realizada

Órgão Recepção do Evento 91 - AMBIENTE NACIONAL	Ambiente 1 - Produção	Versão 1.00
Chave de Acesso 522108-2048748500019555001000000395100094065	ID do Evento ID210240522108204874850001955500100000039510009406501	
Autor Evento [CNPJ / CPF] 41 923 935-0002-08	Data Evento 31/01/2022 às 13:33:45-03:00	
Tipo de Evento 21024D - Operação não Realizada	Sequencial do Evento 1	

Detalhes do Evento

Descrição do Evento Operacao nao Realizada	Versão 1.00
---	----------------

Justificativa  
NF EMITIDA INDEVIDAMENTE

Autorização pela SEFAZ

Mensagem de Autorização  
135 - Evento registrado e vinculado a NF-e

Protocolo 891220460073817	Data/Hora AutORIZAÇÃO 31/01/2022 às 13:33:55-03:00
------------------------------	---

Eventos e Serviços

Evento	Protocolo	Data autorização
Autorização de Uso	133214287882679	06/08/2021 às 14:58:17-03:00
Ciência de Operacao (Cód.: 210210)	891243633241481	
Operacao nao Realizada (Cód.: 210240)	891220460073817	
Digest Value		
FoldedE2CEVEinhgRlmtACvNgCpp=		

**Nota Fiscal de nº. 858**

**Nóta Fiscal Eletrônica - NFE** - Console Evento Operação não Realizada - Google Chrome

**Não segue** [https://nfe.sefaz.ba.gov.br/services/nfenc/Modulos/Abas/nfNFC\\_aba\\_nfe\\_popup\\_evento.aspx?numProtocolo=891...](https://nfe.sefaz.ba.gov.br/services/nfenc/Modulos/Abas/nfNFC_aba_nfe_popup_evento.aspx?numProtocolo=891...)

Operação não Realizada		
Orgão Recepção do Evento 91 - AMBIENTE NACIONAL	Ambiente 1 - Produção	Versão 1.00
Chave de Acesso 4322122277818400019955001000008581121308580		Id do Evento ID10210244322122277818400019955001000008581121308580001
Auxiliar Evento (CNPJ / CPF) 41.923.935/0002-08	Data Evento 20/04/2023 as 19:00:57:03.00	
Tipo de Evento 210240 - Operação não Realizada	Sequencial do Evento 1	
Detalhes do Evento		
Descrição do Evento Operacao nao Realizada	Versão 1.00	
Justificativa NF EMISSA INDEVIDAMENTE		
Autorização pela SEFAZ		
Mensagem de Autorização 135 - Evento registrado e vinculado a NF-e	Protocolo 891322569659042	Data/Hora Autorização 20/04/2023 as 19:01:07-03:00

---

**Eventos e Serviços**

Evento	Protocolo	Data autorização
Autorização de Uso	1432207207591824	13/12/2022 as 15:20:01-03:00
Carta de Correcao (Cód.: 110110)	143220044048781	
Ciência da Operacao (Cód.: 210210)	891226576536985	
Operacao nao Realizada (Cód.: 210240)	891322569659042	
Digest Value		
EYc0zqAmixQzAZPPFEMskHuxg=		

Amostragem das Notas Fiscais Escrituradas de n<sup>os</sup>. 466.739, 504 e 14.103

REGISTRO - C100 - ENTRADA																
Nota Fiscal Eletrônica																
<div>Nota Fiscal Eletrônica</div> <div><div>Pesquisar</div><div>Número do documento<div></div><div></div></div><div>466.739<div></div><div></div></div></div>																
Emitente	Código do parti...	Código da situação do doc...	Série	Número do doc...	Chave de ...	Data de em...	Data de entrada ou...	Valor total do docs...	Tipo de paga...	Valor do des...	Abatimento não tri...	Valor das mercad...	Tipo do fr...	Valor do fr...	Valor do se...	Valor
1 - Terceiros	93305-4000141781.	00 - Documento regular	001	466.739	35-2212-66...	12/12/2022	30/01/2023	R\$ 1.303,87	1 - A prazo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.303,87	1 - Contratag...	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Valor

Isto posto, acato a narrativa da Notificada tal qual o Notificante e voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE**, a Notificação Fiscal nº 298958.0015/23-8, lavrada contra **FILA BRASIL LTDA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 18 de setembro de 2024

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR

ILDEMAR JOSE LANDIN – JULGADOR